

# Senna acha necessário o tratamento de choque

15 OUT 1994 *Economia Brasil*

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e diretor-técnico da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), José Júlio Senna, disse ontem que o próximo governo precisará dar tratamento de choque à causa primária da inflação, o déficit público, para ter o controle da moeda, combater a inflação e abrir espaço para o crescimento da economia. Após encontro com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, Senna lembrou que, desde 1982, mesmo com a vigência do programa de ajuste do Fundo Monetário Internacional (FMI), o déficit público continuou ao nível de 18% do Produto Interno Bruto (PIB).

"O Estado deve cuidar primeiro do que é a sua obrigação e investir apenas na área social. Depois de atender aos setores sociais, em que a sua presença é fundamental, aí, sim, o Estado poderá pensar em investir em outras áreas. Ambos os candidatos qualificaram a inflação de inimigo número um. Então, devem partir para reformas profundas, a começar do ataque aos déficits das estatais, da Previdência Social e dos bancos estaduais" — afirmou o economista da FGV.

Sem eliminar a pressão do setor público sobre o orçamento monetário, Senna alertou que, se o governo insistir em buscar a contenção da expansão da base monetária — emissão primária de moeda — em 95% até

o final do ano, a economia sofrerá "aperto extremamente violento", com a retomada do processo recessivo e a explosão dos juros do mercado. Como a expansão da base monetária e dos meios de pagamento — papel moeda em poder do público e mais depósitos à vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais — não constitui critério de **performance** do FMI, o economista da FGV sugeriu que o Brasil deve mesmo pedir nova revisão das metas monetárias ao **staff** do Fundo e evitar maior compressão do setor privado da economia.

Até porque, lembrou Senna, a expectativa inflacionária desfavorável reduz o reflexo do aperto monetário sobre a inflação. Afirmou que, sem combater o déficit público, a causa primária da inflação, e sem condições de reverter a expectativa inflacionária, o arrocho na oferta da moeda só leva o empresário a cortar mais a produção — com demissão de empregados — e não cogitar da redução dos preços de seus produtos.

Segundo o economista da FGV, a expansão da base monetária de 8,8% em setembro, contra a expectativa do Banco Central de contração de 5,4%, decorreu exclusivamente dos desvios nas contas do governo, como a Previdência Social, e não dos ganhos de reservas cambiais. Argumentou que, no mês passado, o Banco Central não teve a menor dificuldade para neutralizar a pressão expansionista de Cr\$ 1,93 trilhão das operações do setor externo, sem pressionar os juros.